



AMOR, PAIXÃO E HONRA COMO ELEMENTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO COTIDIANO FEMININO

■ PROF.^A. DR.^A. JOSELI MARIA SILVA - JOSELISILVA@UOL.COM.BR - UEPG – PR

RESUMO

O OBJETIVO DESTA TRABALHO É AMPLIAR A DISCUSSÃO QUE ENVOLVE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E ESPAÇO URBANO, EVIDENCIANDO NOVOS ELEMENTOS A SEREM INCORPORADOS NA ANÁLISE GEOGRÁFICA. A GEOGRAFIA DE GÊNERO REALIZOU IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA CULTURAL, NOTADAMENTE INTRODIZINDO QUESTÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE PLURI-IDENTIDADE E MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESPAÇO. ALÉM DISSO, A PESQUISA EVIDENCIA AS RELAÇÕES ENTRE O CORPO, AS EMOÇÕES, A AFETIVIDADE E A DIMENSÃO ÉTICO-VALORATIVA ENQUANTO ELEMENTOS CO-RELACIONADOS AO ESPAÇO.

PALAVRAS-CHAVE: ESPAÇO, GEOGRAFIA E GÊNERO.

INTRODUÇÃO

Desde 2002 venho explorando metodologias para abordagem de geografia e gênero. Essa trajetória foi inaugurada com uma questão de partida voltada para a compreensão das relações que marginalizam parte da população urbana feminina ao acesso de bens produzidos na cidade e, para isso, tomei como referencial empírico de reflexão Ponta Grossa – PR. A trajetória do conhecimento produzido por esse exercício intelectual acerca desta realidade socioespacial é o que venho compartilhar e debater neste fórum científico. Nesse período bastante fértil, sem dúvida, muitas são as dúvidas a respeito de nossa prática de pesquisa dentro da ciência geográfica, na medida em que operamos com conceitos e categorias produzidas pela ciência hegemônica e, ao mesmo tempo, temos a intenção de construir uma ciência comprometida com a reflexão crítica e ética.

Do total de 74.080 domicílios particulares permanente existentes na cidade, 24,3% são de

responsabilidade feminina e 58,5% destas mulheres chefes de família recebem abaixo de dois salários mínimos. Ao espacializar os dados do IBGE (2000) na base cartográfica da cidade, verificou-se que a maioria dessas famílias habita em áreas de ocupação irregular - fundos de vale - e periferia de baixa renda, caracterizadas por precariedade de infra-estrutura. A constituição desta espacialidade deu início à problematização que vem sendo investigada por um grupo de pesquisadores. A noção do espaço urbano como produto e condição das relações sociais de produção não seria suficiente para dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitos capazes de resistir à dominação masculina e construir novas lógicas de produção do espaço urbano. Assim, adotou-se o postulado de Rose (1993), que utiliza o conceito de gênero e propõe uma perspectiva geográfica contestadora do poder instituído, tornando visível a resistência feminina. Ao compreender gênero como um conceito / representação e, assim, diferenciado espacial, temporalmente

e em permanente processo de redefinição, foi preciso também considerar que o gênero feminino não comporta todas as variações identitárias das mulheres e, portanto, a identidade feminina exige uma abordagem plural e re-elaborada constantemente.

Depois de selecionar os setores censitários nos quais a concentração de mulheres chefes de família era mais expressiva, foi necessário realizar outro procedimento metodológico, pois, se o sujeito tomado por base possui uma identidade plural e permanentemente re-elaborada, foi preciso especificar qual o grupo de interesse focal para que se pudesse iniciar o trabalho exploratório. É importante esclarecer que o recorte social/espacial é portanto parte instituinte do modelo de análise para compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

O grupo focal estabelecido constitui-se das mulheres chefes de família cujos domicílios estão localizados em áreas irregulares e de baixa qualidade de serviços e infra-estrutura, que possuem crianças menores de quatorze anos sob sua tutela, renda inferior a dois salários mínimos e baixa escolaridade, ou seja, com até o ensino fundamental completo. O estabelecimento deste grupo se deu pelo alto potencial de reprodução ampliada da pobreza que ele representa, já que os filhos, em geral, substituem o papel desempenhado pelo ex-cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família e, sendo assim, as possibilidades de acesso a melhor escolaridade e oportunidades de trabalho e renda acabam sendo frustradas.

Em Ponta Grossa, 58,3% das mulheres responsáveis por domicílio se enquadram na faixa salarial entre zero a dois salários, enquanto a proporção dos homens nesta mesma faixa é de 35,3%. Na faixa de

renda mais alta, acima de vinte salários, os homens representam 4%, enquanto as mulheres apenas 1,2%. Um dado fundamental que nossas pesquisas revelam é o de que a maioria destas mulheres, ex-esposas, empobreceram ao tornarem-se chefes de família, notadamente porque investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar e deixaram de investir em sua formação profissional. As respostas que vinham das pesquisas de campo eram contundentes e fundamentadas em um claro núcleo valorativo que determinava, em parte, suas condições de vida.

Assim, o que venho apresentar aqui é um pequeno avanço do grupo que pretende alimentar a discussão na busca da compreensão das relações que envolvem nossa existência. Baseio a discussão em alguns aspectos pouco abordados na ciência geográfica brasileira: o corpo e as emoções, a afetividade e a dimensão ético-valorativa como a honra. Inicialmente, a aventura intelectual pareceu solitária. Entretanto, ao tomar contato com artigos da revista *Social & Cultural Geography* pude constatar que há muitas geógrafas (os) tais como Joyce Davidson e Christine Milligan (2004), Nichola Wood e Susan Smith (2004), Gillian Rose (2004), entre outras preocupadas (os) com o papel das emoções, produzindo as "geografias emocionais", abordando os mais diversos aspectos que envolvem as relações entre o corpo, as emoções e o espaço.

O texto apresenta, primeiramente, uma visão da contribuição da chamada geografia feminista para o campo da geografia cultural e esboça um breve panorama das abordagens teórico-metodológicas da ciência. Os anos noventa foram muito férteis para o desenvolvimento da perspectiva feminina na geo-

grafia. Outras dimensões da realidade socioespacial puderam ser exploradas, notadamente no campo da geografia cultural, no momento em que o mito da ciência imaculada foi questionado por cientistas como Morin (1996) e Boaventura Santos (2004), os quais argumentaram que o conhecimento científico é contextualizado histórica e espacialmente e produzido sob intensas relações de poder. Na segunda seção o texto apresenta uma discussão sobre o papel das emoções na produção das ações do corpo vivo e do espaço.

UM PANORAMA DA ABORDAGEM DE GÊNERO NA GEOGRAFIA _____

Embora no Brasil a geografia tenha avançado muito pouco em suas análises de gênero, nos países anglo-saxões a chamada "geografia feminista" tem impactado sobre a disciplina como um todo e contribuído com outras ciências sociais desde os anos 70 e de forma mais expressiva nos anos 90. Um interessante trabalho realizado por uma equipe de geógrafas elaborou um quadro da evolução do campo da geografia feminista naqueles países, procurando responder quais são as principais teorias, os conceitos e os métodos utilizados neste sub-campo da ciência geográfica. Com base no trabalho de Oberhauser et. all (2003) procuro relatar aqui, de forma sintética, o movimento da ciência a partir dos centros universitários norte americanos e europeus e de como a geografia brasileira tem desenvolvido seus próprios caminhos envolvendo as temáticas de gênero.

Enquanto na década de 90 nos países centrais foram publicados muitos livros e vários currículos de cursos universitários de Geografia passaram a incluir a abordagem de gênero, no Brasil a discussão está restrita ao Simpósio de Espaço e Cultura, a eventos

multidisciplinares e, de forma recorrente. Nos encontros próprios de geografia estão deslocados dos eixos propostos. De qualquer forma, após a quebra da hegemonia da vertente da Geografia Crítica, com bases marxistas, pode-se dizer que a pesquisa de geografia feminista tem sido o aspecto crítico de muitas áreas da ciência geográfica. O objetivo da produção dessa década está comprometido no aprofundamento da compreensão das relações de gênero e espaço e no fornecimento de um conhecimento que seja útil na luta para equidade social.

Sem esboçar uma idéia etapista desse campo da ciência o quadro que segue organiza as principais tradições da pesquisa da geografia feminista, considerando a abordagem teórica dominante, as referências metodológicas e os temas de pesquisa selecionados. O objetivo é representar um quadro geral de modificação de idéias que tem construído e materializado esse campo científico, mais especificamente nos anos 90.

A tradição empirista preocupou-se em construir a visibilidade das mulheres no espaço, categoria chave da ciência geográfica. Foram fundamentais os levantamentos quantitativos, os mapeamentos de fenômenos envolvendo o universo feminino e, principalmente, a crítica à objetividade e à neutralidade de determinadas formas de conhecimento e da produção da ciência geográfica, hegemonicamente androcêntrica.

A geografia feminista tem desafiado as bases do conhecimento geográfico e tem se esforçado por construir uma postura crítica que envolve a epistemologia e a metodologia como um campo de forças desiguais entre homens e mulheres, tal como realiza McDowel (1992), evidenciando as dimensões sociais, econômicas e espaciais das experiências vividas pelos pesquisadores e suas relações na construção das

TRADIÇÕES NA PESQUISA GEOGRÁFICA FEMINISTA

Perspectivas	Abordagens teóricas	Referências metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na geografia	"recenseamento" das mulheres; a geografia das mulheres; empirismo feminista;	Mapeamento de padrões espaciais de atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista	Mulheres e a cidade; Mulheres e emprego; Mulheres e desenvolvimento;
Feminismo Socialista	feminismo socialista; marxismo; gênero e desenvolvimento;	Materialismo histórico; Combinação de teoria e prática;	Relações entre patriarcado e capitalismo; Estruturas sócio-espaciais da casa e local de trabalho; Papéis de Gênero no Terceiro Mundo;
Terceiro mundo/ feminismo e políticas da diferença	Pós - estruturalismo; Pós - colonialismo; Teoria racial;	Análise de discurso; Pesquisa Participativa; Histórias de vida; Políticas de trabalho de campo;	Desafio às formas absolutas e eurocêtricas do conhecimento; Planejamento e desenvolvimento de gênero; Diferenças no curso de vida;
Feminismo e "nova" geografia cultural	Teoria "Queer" Pós-modernismo; Teoria Psicanalítica; Representação Cultural	Posicionalidade e reflexibilidade; Análise textual; Narrativas; Etnografia	Produção do conhecimento é relacional; Espaço e sexualidade; O corpo e as políticas de identidade; Espaços imaginários e simbólicos;

Fonte: JOHNSTON et al. 2000; JONES, NAST and ROBERTS 1997; WGSF 1997 apud OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy 2003.

agendas de pesquisa e de como elegem os conceitos do conhecimento hegemônico.

Como pode ser observado no quadro apresentado, a geografia feminista conta com uma complementaridade de múltiplos métodos de pesquisa que são apropriados a partir de contextos e finalidades a serem atingidas. Contudo, a abordagem da nova geografia cultural tem sido um campo fértil de evolução da geografia feminista. Bondi (1992) destaca as simbologias subjacentes na paisagem urbana contemporânea que são compartilhadas e sustentam os distintos e assimétricos papéis de gênero. Bondi e Domosh (1992) realizam uma crítica aos dualismos, à doutrina da separação das esferas masculinas e femininas e os conflitos entre os usos os usos dos espaços públicos e privados. Rose (1993), através de

seu potente conceito de "espaço paradoxal", propõe caminhos que entrelaçam raça, classe, gênero e sexualidade, privilegiando a identidade múltipla e a plurilocalização socioespacial do sujeito feminino.

A geografia feminista tem contribuído sensivelmente com a geografia cultural contemporânea através da incorporação de gênero, identidade e representação no espaço social. Marcante nessa contribuição foi o avanço da ciência com a integração das abordagens pós-coloniais, pós-estruturalistas e as teorias gays e lésbicas de identidade e espaço. O foco das discussões tem sido a interseção entre identidade / espaço / poder, notadamente nos trabalhos cuja abordagem revela elevada atenção para as transformações de identidades relacionadas com os diferentes espaços que podem instituir diferentes

performances de corpo. Várias pesquisadoras geógrafas, como Massey (1991), estão constantemente refletindo sobre a complexidade que envolve as identidades fluidas e sua relação com o espaço, argumentando que ambos os termos são inseparáveis e simultaneamente (re) criados discursivamente.

Uma significativa parcela de trabalhos de geógrafas (os) tem dedicado atenção para compreender os caminhos em que certos corpos são marcados como sendo diferentes ou marginais e também os tem associado com locais particulares, enquanto outros corpos, julgados normais e neutros, podem ser onipresentes e desenvolver qualquer espacialidade. Pautados no trabalho de Foucault e nos estudos "queer", geógrafas (os) feministas têm explorado as relações entre a sexualidade e espaço para revelar a vasta disposição de negociação constante entre corpos e lugares. A chamada teoria "queer", fortemente desenvolvida nos anos 90, compreende abordagens que privilegiam um novo olhar para os enfoques sexuais e de gênero, argumentando que não há posições binárias entre gêneros, mas complexidades de relações que constroem identidades paradoxais. Tem como ponto central a crítica à oposição hetero/homo sexual que organiza o conhecimento e as ações dos sujeitos no mundo. Advoga uma política identitária de sujeitos que podem, de forma relacional e processual, transgredir e sustentar os sistemas. Para as geógrafas (os) desta vertente, a identidade sexual não é automaticamente derivada de certos organismos, práticas ou gêneros, mas é, ao invés disso, 'um espaço de transitividade' (OBERHAUSER, Ann M., 2003).

No Brasil a produção geográfica em torno das relações de gênero é bastante incipiente, se comparada às demais ciências sociais. Um levantamento realizado na Plataforma Lattes do CNPQ aponta que

o número de pesquisadores, além de reduzido, é disperso e não constitui uma rede de pesquisa. Expressiva foi a produção de Rosa Ester Rossini que desde a década de 80 vem sistematicamente pesquisando na área de geografia e gênero, com foco voltado para a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como nas urbanas (ROSSINI, R. E., 1993, 2004). Recentemente, o gênero tem sido enfoque de várias teses de doutorado. Um trabalho voltado para a educação geográfica e gênero é desenvolvido por Tonini (2002). Garcia (2004) dedicou sua tese de doutorado à análise de gênero na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, e Silva (2004) realizou recentemente seu doutorado na área de trabalho informal e gênero. Na área de espaço urbano e gênero tem sido interessante a produção do Grupo de Estudos Territoriais que desenvolve a compreensão da pobreza urbana feminina e norteia uma rede de pesquisas em andamento que deram origem à exploração a seguir. No eixo paradigmático da pesquisa do grupo, as categorias da divisão do trabalho e da produção não aparecem como centrais na estruturação socioespacial, embora a compoñham. Procurou-se, sem desprezar a trajetória de pesquisa acumulada sobre a geografia de gênero no Brasil, acrescentar algumas perspectivas que objetivam a realidade cotidiana das mulheres chefes de família, moradoras da periferia.

Enfim, a geografia brasileira tem pela frente importantes desafios teóricos e conceituais, além de conquistar espaços de discussão acadêmica e luta político-institucional. A seção seguinte explora a relação entre espaço e gênero como categorias de análise indissociáveis e complementares.

AFETOS E HONRA NA INSTITUIÇÃO DA CO-RELAÇÃO ENTRE O CORPO FEMININO E A PERIFERIA POBRE EM PONTA GROSSA —

O balanço realizado entre a teoria produzida sobre a temática e a realidade investigada me permite realizar algumas afirmações exploratórias que contribuem para a construção de um caminho teórico-metodológico da perspectiva de gênero na geografia cultural brasileira.

O "gênero" neste trabalho é entendido enquanto um conceito/representação, e enquanto representação, uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente, tal qual entendida pela escola de Serge Moscovici. Assim, o conteúdo representacional é construído por um sujeito situado em relação a outros sujeitos, a respeito de um objeto. Além disso, Friedman (2005) afirma que as representações possuem caráter autônomo e criativo, expressam tanto a atividade cognitiva de abstração ou simbolização, quanto o caráter social, expresso na presença de elementos ideológicos do grupo social a que pertencem os sujeitos.

Assim, cada grupo social em diferentes tempos e espaços, num campo de lutas, constrói e renova incessantemente as representações de gênero. Algumas representações tornam-se hegemônicas, tendem a instituir padrões de conduta e configuram os elementos fundantes da representação de gênero: o sexo, o gênero e o desejo.

O sexo, comumente estabelecido como um dado biológico, está relacionado à dimensão anatômica das diferenças do corpo. Assim, o corpo, já categorizado como de macho ou de fêmea, é a base sobre a qual se instituem os papéis culturais e as expectativas de comportamento que a sociedade tem para o desempenho do papel do macho, que deve ser

masculino e do papel feminino, desempenhado pelo corpo categorizado como de fêmea. A sociedade ocidental tem, conforme Butler (2003), elaborado uma organização de idéias deterministas e causais através das quais o gênero é determinado pelo sexo. Segundo esta mesma lógica biológica, constrói-se então o desejo, a sexualidade. Ela argumenta que há uma 'ficção' reguladora construída pela ordem burguesa, branca, masculina e heterossexual. Nesta perspectiva a ordem compulsória do padrão de comportamento instaurado e considerado "normal" pela sociedade ocidental é o heterossexual. Já que o gênero, em nossa cultura, é algo determinado pelo sexo, o desejo, por sua vez, também deve ser direcionado apenas entre gêneros opostos.

A autora se posiciona radicalmente contra a concepção de sexo como algo dado ou 'pré-discursivo', anterior à cultura, afirmando que não há coincidência entre estas três categorias — sexo, gênero e desejo — e, além disso, a fronteira entre elas é tênue e as categorias são cada vez mais autônomas. O desejo não surge como algo dado pela anatomia, mas construído socialmente, experienciado através das representações que se constroem a partir do corpo. A própria significação da diferença anatômica dos corpos, designados como machos e fêmeas, já é em si uma construção cultural.

O padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, a agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio. Esta bipolaridade na organização das idéias ocidentais é objeto de uma longa discussão

crítica desenvolvida por geógrafas como Gillian Rose em *Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge* e também por Linda McDowell em *Gender, Identity & place: understanding feminist geographies*.

As categorias constitutivas da representação de gênero não são lineares, causais ou conseqüentes, mas formam uma complexidade permanentemente aberta a partir do movimento da vivência cotidiana. Constantemente os sujeitos sociais confrontam sua sexualidade vivenciada em relação àquelas que contrariam o padrão vigente, ou seja, a categorização dos seres humanos nos pólos masculino e feminino.

O gênero feminino, enquanto 'conceito / representação', não comporta todas as variações identitárias das mulheres e, sendo assim, a identidade feminina é plural e re-elaborada constantemente. Esta consideração implica um outro importante desafio. Além de estabelecer o recorte espacial e temporal que fazem parte do fenômeno investigado é necessário especificar o grupo de interesse focal para realizar o trabalho exploratório. É importante esclarecer que o recorte social / espacial é, portanto, parte instituinte do modelo de análise para compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

O aspecto evidenciado é fundamental, pois não basta eleger um grupo com características de rendimento e escolaridade homogêneos, por exemplo, mas é preciso investigar o processo de formação espacial do local eleito e as características das relações que lhe dão sentido, como os elementos de sociabilidade, os valores instituídos, as redes de poder e assim por diante. Portanto, conceber a periferia a partir de singularidades, além de se constituir uma questão metodológica de escala, é também questão de construção de indicadores para a operacionalização do conceito de gênero.

Vários elementos objetivos constatados no trabalho de pesquisa de campo nas periferias pobres, tal qual o abandono paterno dos filhos pelos ex-companheiros, o peso da responsabilidade da maternagem e a falta de investimento do tempo de vida na formação profissional, são reveladores de fatos cotidianos construídos lentamente nas relações do espaço privado, familiar e de vizinhança. Um dado interessante é que 58,5% das entrevistadas justificam o abandono da escolaridade para cuidar dos filhos e por proibição dos ex-esposos, como aponta Nabozny (2005). Esse fator impacta sobre a possibilidade das mulheres gerarem renda de forma diferenciada dos homens que, em geral, não fazem estas concessões na vida familiar. Estas mulheres, com reduzido preparo profissional, exercem a função de chefes de família sem, no entanto, ter construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel. Ornat (2005) demonstra que as mulheres de baixa renda, em geral, possuem uma vivência reduzida do espaço total da cidade, desenvolvem deslocamentos menos extensos e freqüentes do que os estabelecidos pelos homens dos mesmos locais.

Na vivência do seu espaço cotidiano, as mulheres, foco deste trabalho, vivem múltiplas realidades que lhes aparecem de forma naturalizada, evidente e, diante delas, têm atitudes naturais, ordenadas, verificando-se assim o duplo vínculo no qual paulatinamente o espaço cotidiano institui identidades e, ao mesmo tempo, é constituído por elas. Argumentamos que as condições objetivas existenciais constatadas no trabalho de campo são produto de ações realizadas também com base nas emoções e afetos vividos através da realidade socioespacial específica. O papel das emoções na produção das ações e do espaço tem sido pouco explorado, parecendo que tais emoções

são naturais, universais e evidentes. Entretanto, para a análise aqui empreendida, esta perspectiva é de fundamental importância já que, conforme relatos obtidos, em determinados períodos a vida dessas mulheres esteve centrada no amor-paixão.

O amor não é considerado uma 'dádiva' de Deus para este trabalho, mas uma emoção construída culturalmente e que está profundamente relacionada a outros valores como os interesses de classe, padrões estéticos, morais, valores religiosos, preconceitos raciais dos sujeitos. Costa (1998, p.13), ao discutir a invenção do amor, argumenta que esta aparente naturalização da emoção se sustenta em três afirmações que constituem o credo do amor: "o amor é um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas; o amor é um sentimento surdo à 'voz da razão' e incontrolável pela força da vontade e, o amor é a condição *sine qua non* da máxima felicidade a que podemos aspirar". E continua sua argumentação alegando que enquanto uma crença e criação humana, ela pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida.

A instituição do amor que baseia as relações afetivas atuais é bastante recente na história da humanidade, data do século XII, vinculando o homem e a mulher como seres amáveis. O sentimento a que me refiro é o amor-paixão instituído na cultura ocidental, que passou a fundamentar a manutenção do contrato conjugal e dos deveres estabelecidos entre cônjuges. Rougemont (2003) ao discutir a vinculação do casamento ao amor-paixão na sociedade ocidental, alega que são contraditórios, excludentes e, ao mesmo tempo, têm provocado crises na organização social do século XX. Sua argumentação é de que o fato de o casamento ter como foco central o amor-paixão faz com que, uma vez findado o sentimento, termina também o laço da conjugalidade.

A crise da instituição matrimonial, para ele, está no enfraquecimento de três tipos de valores que impunham coerções sobre aqueles que transgrediam as normas institucionais. As coerções são de ordem sagrada, social e religiosa. A ordem de valores sagrados estava ligada à necessidade do ritual da bênção. A social, situada no campo dos interesses e laços familiares e a ordem religiosa enquanto sacramento indissolúvel. O autor argumenta que a sociedade atual, ao colocar o amor no centro do casamento como escolha e felicidade individual, faz com que todas as demais coerções percam força na manutenção do contrato conjugal. Rougemont (2003), em sua obra *História do Amor no Ocidente*, argumenta que o casamento e a paixão são incompatíveis e excludentes pela sua essência, já que a origem histórica da paixão criada pela sociedade ocidental comporta algo de involuntário, embriagador, o culto à amada distante e ao irrealizável ao passo que o casamento é o contrário, é a concretização da prática diária. Assim, segundo sua tese, a sociedade ocidental vive deste descompasso angustiante, plenamente evidenciado na vivência cotidiana das mulheres pesquisadas.

Há que se considerar também a existência de um caráter provisório da situação de chefia familiar para grande parte das entrevistadas. Prochner (2004) demonstra que estas mulheres vivem entre dois e três relacionamentos conjugais ao longo da vida. Ao encontrar novo companheiro, em geral, passam a chefia para a figura masculina. A cada novo relacionamento, centram novamente suas vidas no afeto do grupo familiar e, em consequência desse fato, reafirma sua forte vinculação ao espaço privado e restrita mobilidade, tal qual argumenta Young (2003) critica que haja uma essência feminina natural, mas que os corpos vividos desenvolvem suas espacialidades a partir de existências particulares.

Pode-se afirmar a centralidade das emoções nas escolhas de vida realizadas por estas mulheres. As emoções, conforme Galano (1995), embora tenham franca expressão corporal, não podem ser reduzidas à fisiologia, pois são lidas e decodificadas em cada cultura de forma específica, sempre normatizada pela organização grupal. Já o afeto comporta os sentimentos associados às histórias das relações construídas. O afeto, mais pragmático, estrutura as atitudes solidárias, as simpatias ou antipatias, as lealdades ou deslealdade. Sendo assim, ele comporta as ações e condutas que promovem as relações cotidianas que estão profundamente comprometidas com os laços afetivos construídos ao longo da vida.

No contrato conjugal, baseado no amor e na escolha individual, se estabelece uma contradição importante que impacta sobre a existência feminina e que forja os códigos de valores de condicionam sua vivência socioespacial. No código civil homens e mulheres conquistaram direitos iguais perante à sociedade, porém esta condição é entremeada por códigos de honra que se sustentam, sobretudo, nas redes de solidariedade tecidas nas relações de vizinhança e no espaço cotidiano. Nas áreas tomadas como referencial de reflexão é acentuada a precariedade de infra-estrutura e serviços, o que não constitui propriamente uma novidade numa sociedade marcada por profundas disparidades de rendimento e investimentos públicos. Prochner (2004) aponta que 78% das entrevistadas não têm acesso às creches e, sendo assim, dependem de vizinhas ou parentes para o cuidado com os filhos. Assim, os problemas enfrentados pelas mulheres têm sido resolvidos muito menos pelos serviços públicos do que por suas redes de solidariedade, notadamente no cuidado com filhos menores, quando elas transferem o papel da maternagem às redes de solidariedade, para poder gerar renda.

A dependência das redes de solidariedade locais são marcadas pela personalidade que exerce um controle eficaz sobre os membros de sua coletividade. Tais redes se materializam nos espaços de sociabilidade locais, como a escola, a igreja, o posto de saúde. Mayol (1996) utiliza a noção de "conveniência" para definir esta necessidade de reconhecimento social que se estabelece na prática do lugar como uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos de linguagem e do comportamento. Assim, a submissão a esses códigos, bem como a transgressão constitui tanto vantagens, como a perda de capital relacional. Assim, as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações, instituindo os espaços locais.

Ser altamente dependente das redes de solidariedade, significa gerenciar relações sociais que possuem códigos particulares de trocas, no qual a manutenção e o processamento de afetos resulta em perdas e ganhos de capital relacional que se transfigura em condições objetivas de vida como uma vizinha que toma o lugar do serviço público no cuidado com as crianças, alguma ajuda financeira, a indicação para um posto de trabalho, etc..

É importante ressaltar que os espaços focos da pesquisa, mesmo aparentemente homogêneos, apresentam diferenciados graus de enraizamento e controle das redes de sociabilidade. Afinal, os espaços estudados não são autônomos e fechados em relação ao restante da cidade e abrigam grupos heterogêneos do ponto de vista de sua origem étnica, sexo, idade, procedência.

Assim, afirma-se que estes espaços instituem uma identidade feminina que, além de sua desvantagem econômica, está sujeita a outros códigos de poder e hierarquia que se estabelecem com maior proprieda-

de dentro do contrato, formal ou não, do casamento. Os valores de igualdade, liberdade e cidadania são permeados pelos códigos da honra instituídos nas relações cotidianas e altamente reguladas pela coletividade no espaço cotidiano.

As narrativas das proibições masculinas em relação aos deslocamentos realizados pelas mulheres, ao controle do vestuário, locais e horários são regulares em todas as pesquisas atualmente realizadas pelos componentes do Grupo de Estudos Territoriais.

A honra estabelecida se dá num processo relacional entre o feminino e o masculino e é regida por um princípio individual e outro coletivo. Ou seja, a honra de alguém depende de sua capacidade de reconhecer e compartilhar os valores morais estabelecidos. Cançado (2001) argumenta que a honra masculina sustenta-se na conduta sexual feminina, notadamente na condição de conjugalidade. Esta autora, pautada em Bourdieu (1995), argumenta que os corpos e seus órgãos sexuais são significados e vivenciados conforme seu processo de socialização e, assim, naturalizados. O conceito de honra masculina é comumente associada à virilidade e a honra feminina, à obrigação de salvaguardar o 'espaço' da realização da virilidade masculina, ou seja, o corpo feminino.

Os corpos constituem, atualmente, um importante campo de exploração entre as geógrafas. A noção de que corpos são significantes que circulam socialmente como mensagens hogemônicas tem sido um eixo de crítica de Lewis & Pile (1996). Estas geógrafas argumentam que os corpos vivos não são ingênuos e meros instrumentos de um sistema de significações e poder que comunicam normas culturais. Pelo contrário, os corpos atuam, exercitam suas performances e ao exercitar, abrem caminho para o novo que pode representar também resistência ao sistema. Então o corpo

não é entendido como algo dado, mas um 'processo'. Isso porque o corpo do ser humano está sempre em contato com o ambiente. Sua anatomia, suas ações, suas funções são indissociáveis de sua espacialidade e, sendo assim, não existe corpo sem espaço, mas uma unidade complexa. Para compreender este corpo vivo, sempre em ação através do espaço, Greiner (2005) propõe que este movimento seja compreendido pela corporeidade, o que ela chama de uma 'subversão' estética da categoria tradicional de corpo. Nesse sentido, a corporeidade tem duplo sentido. Ela é compreendida como a simultaneidade da estrutura anatômica do corpo em relação ao espaço, sem distinguir, portanto, um corpo biológico e um corpo cultural, que são inseparáveis e interdependentes.

Além disso, o corpo não é um recipiente da alma ou de um ser que o habita. Não há uma fronteira rígida dos limites de dentro e fora do corpo. O corpo vivo no mundo se constrói na ação cotidiana dos gestos mais simples e rotineiros. A cada exercício o corpo cria representações porque, ao tomar para si um objeto do mundo, já o 'corporificou'. Isso porque o ato de apropriação dos objetos do mundo nunca ocorre como uma cópia do real, mas o ato de apropriação é um processo criativo e o objeto já se torna 'objeto corporificado'. Assim, atos não são uma repetição, mas criação constante de idéias e conceitos à respeito do mundo. Portanto, pensa -se através do corpo vivo, pois não há pensamentos fora do corpo.

Os sentimentos, emoções e afetos são também representações que se dão através dos corpos vivos. O corpo não é um lugar onde a cultura inscreve suas normas, como argumentam Mehta & Bondi (1999) ao discutir a violência de gênero. Além disso, o corpo também não é passivo a um sujeito que o habita e nem tampouco submetido a algo ou a al-

guém pois, enquanto 'processo', está em constante negociação com seus espaços de existência e, sendo assim, este corpo é também algo que produz novas representações.

Os gestos que o corpo manifesta constituem, para Greiner (2005), um processo de tornar o significado visível. A autora afirma que "a comunicação gestual é portanto mediada pelo conhecimento experienciado sobre o mundo material (...) são uma prática simbólica, incorporada cinesteticamente, conhecida por quem faz, visualmente conhecida pelos observadores e derivada de um mundo, onde está também embebida naquilo que as mãos operam" (GREINER, Cristine, 2005, p. 99). Nesse sentido, os gestos que veiculam significados são realizados e reconhecidos através da dimensão espacial. Essa perspectiva rompe com a idéia de que o que está fora 'influencia' o corpo e seus gestuais, mas o espaço os compõe, havendo uma simultaneidade onde ambos, corpo e espaço, trocam informações constantemente e constituem um único processo.

Assim, compreende-se a intensidade do controle do corpo feminino alegada pelo grupo focal explorado, através de censuras no gestual, na mobilidade, no vestuário e horários. Estes constituem códigos de honra que, em geral, são naturalizados e internalizados pelas próprias mulheres que promovem um processo de auto-regulação, apesar das queixas. A regulação moral dos corpos se apresenta de forma muito diferente entre as mulheres e os homens. Em geral, as cobranças femininas giram em torno da capacidade que adquirem no suprimento das condições econômicas da reprodução familiar.

Importante constatar que após o processo de separação, a sensação do direito de ir e vir e ao próprio corpo é o principal ponto positivo apresentado

pelas mulheres, conforme Prochner (2004). Instituiu-se, enquanto valores e regras de conveniência locais, a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher 'virtuosa' em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família.

O controle do espaço social tem se dado a partir destes códigos e a transgressão feminina resulta, muitas vezes, em violência no espaço privado, como argumenta Maciel (2003) ao estudar as características e a espacialidade da violência contra a mulher na cidade de Ponta Grossa. O fato de a mulher não cumprir o papel instituído, significa profanar a honra masculina, perder a respeitabilidade da coletividade e, conseqüentemente, ser excluída das redes de solidariedade, tão necessárias à sobrevivência, notadamente, nestes locais precários de serviços públicos.

Outro importante afeto determinante da existência feminina é o 'amor materno'. Na transformação da maternidade biológica para a dimensão da maternidade social se construiu, segundo Badinter (1985), uma estrutura de sentimentos na qual os filhos são considerados filhos da mãe e as mulheres assumem a centralidade das relações familiares, realizando a 'mediação' do amor entre os homens e seus filhos. Assim, a separação conjugal, muitas vezes, significa a retirada da mulher enquanto mediadora positiva da relação entre pais e filhos e o enfraquecimento do vínculo afetivo é materializado também com o abandono financeiro.

O papel masculino esperado socialmente é o de provedor, com raríssimas exceções. No momento em que os homens passam por uma situação de desemprego, deixando, portanto, de cumprir o papel esperado, perdem também sua autoridade moral diante da família. A procura das mulheres pelo homem 'provedor' constitui uma relação de dependência e hierarquia

em relação ao companheiro. Isso torna-se um fato importante no processo de dissolução do contrato conjugal. 87% das mulheres entrevistadas alegam não receber nenhum tipo de contribuição financeira dos ex-esposos para a manutenção dos filhos do casal e 81% afirmam a ocorrência do abandono afetivo das crianças. A vinculação entre provimento e poder moral masculino desencadeia o fato de que, após a separação, o homem perde as condições de regulação moral do grupo familiar e, assim, nega-se a continuar mantendo o papel de provedor, já que a contrapartida passa a lhe ser negada. 63% das mulheres que não recebem auxílio financeiro dos pais de seus filhos, afirmam que sofreram pressões e ameaças de violência e, assim, acabam desistindo do direito em troca de segurança e tranqüilidade (Prochner, 2003).

Entretanto, além das precárias condições econômicas a que estão submetidas as mulheres da periferia, é preciso ampliar os fatores explicativos das escolhas que os seres humanos fazem da vida e que nem sempre se constituem em opções racionalizadas. O amor paixão e o amor materno têm tido um grande peso nas escolhas de vida destas mulheres e viver estas escolhas exige um processo de corporificação que só se viabiliza na conjunção entre corpo vivo e espaço. Enfim, o texto apresenta uma discussão que deve, sem dúvida ser ampliada. Aspectos como o corpo, as emoções, a afetividade e a dimensão ético-valorativa têm sido pouco explorados pela geografia de gênero no Brasil. Considera-se que as emoções são representações criadas pelos seres humanos possuem uma contundente co-relação corporal e espacial, ou seja, ambos elementos elaboram processos de 'corporificação' de valores culturais presentes na estrutura socioespacial. Creio que o processo relacional entre os elementos objetivos e subjetivos, entre o individual e

o coletivo, entre dentro e fora do corpo apresentados aqui, creio que ampliam a discussão complexa sobre a feminização das periferias pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BONDI, L. e DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. In: *Environment and Planning D: Society & Space*. Great Britain, V. 10, n 2. Ed. Pion Limited: 1992
- BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.
- BOUDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CANÇADO, Adriana. Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 30. In: *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e Campos Gerais*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DAVIDSON, Joyce; MILLIGAN, Christine. Embodying emotion sensing space: introducing emotional geographies. In: *Social & Cultural Geography*. V. 5, n 4. Ed: Routledge, part of the Taylor & Francis Group. December, 2004. Disponível em: www.ingentaconnect.com. Acesso em: 29/04/2005.
- FRIDMAN, Silvia. Uma aproximação metodológica ao estudo das emoções. In: LANE, Silvia e SAWAIA, Bader (orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GALANO, Mônica Haydée. As emoções no interjogo grupal. In: LANE, Silvia e SAWAIA, Bader (orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GREINER, Chistine. *O corpo: pistas para estudos interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEWIS, Clare; PILE, Steve. Woman, body, space: Rio Carnival and the politics of performance. In: *Gender, Place and Culture*. V. 3. n.1. Ed: Journals Oxford, 1996.
- MACIEL, Marisol. *A visibilidade da violência contra a mulher em Ponta Grossa – PR: um estudo das características sócio-espaciais segundo a delegacia da mulher*. Monografia, (Graduação em Geografia), UEPG, 2003.
- MCDOWELL, Linda. *Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- _____, Linda. Doing Gender: feminism, feminists and research methods in human geography. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17 – 4, London, 1992.
- MEHTA, Anna & BONDI, Liz. Embodied discourse: on gender and fear of violence. In: *Gender, Place and Culture*. V. 6, n. 1. Ed: Carfax Publishing, 1999.
- MASSEY, Doreen. Flexible sexism. In: *Environment and Planning D: Society and Space*. 9, 31-47, 1991.
- MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre (org). *A invenção do cotidiano 2 - Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Portugal. Europa – América, 1996.
- NABOZNY, Almir. *A participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa - PR*. Iniciação Científica. UEPG, Ponta Grossa, 2005.

OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: *Geography in America at the dawn of the 21st century*. Org. Gary L. Gaile and Crt. J. Willmott. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ORNAT, Márcio José. *Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR*. Iniciação Científica. UEPC, Ponta Grossa, 2005.

PROCHNER, Marcilene. *Recente Feminização da Periferia de Baixa Renda em Ponta Grossa-PR: análise da atuação da PROLAR*. Monografia (Especialização em Geografia) – UEPC, Ponta Grossa, 2005.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gilian. "Everyone cuddled up and it just look really nice": an emotional geography of some mums and their family photos. *Social & Cultural Geography*. V. 5, n 4. Ed: Routledge, part of the Taylor & Francis Group. December, 2004. Disponível em: www.ingentaconnect.com. Acesso em: 29/04/2005.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. *Informações Econômicas*. São Paulo, p. 41-52, 1993.

ROSSINI, R. E. Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: Eni de M. Samara. (Org.). *Populações: (con) vivência e (in) tolerância*. São Paulo: Humanitas, v. 4, p. 245-257, 2004.

ROUGEMONT, Denis. *A história do amor no ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.

TONINI, Ivaine M. *Identidades Capturadas - gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia*. Tese. (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2002.

GARCIA, Maria F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez: 2004.

SILVA, Susana M. V. *Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.

WOOD, Nichola; SMITH, Susan. Instrumental routs to emotional geographies. In: *Social & Cultural Geography*. V. 5, n 4. Ed: Routledge, part of the Taylor & Francis Group. December, 2004. Disponível em: www.ingentaconnect.com. Acesso em: 29/04/2005.

YONG 2003.